

MALDONADO, Jorge E. Crises e Perdas na Família: Consolando os que Sofrem. Viçosa: Ultimato, 2005. p. 47-64

Modelos de intervenção

Existem vários modelos de intervenção em crises. Seleccionamos apenas três que melhor se adaptam ao trabalho pastoral – de clérigos e leigos – com indivíduos e famílias: o modelo A-B-C, o modelo condutual e o modelo familiar.

O modelo A-B-C

Na década de 60, Warren Jones, um psiquiatra de Los Angeles, nos Estados Unidos, desenvolveu o método A-B-C, destinado a capacitar indivíduos leigos de um centro comunitário para pessoas em crise. O método consiste em construir três momentos muito importantes no trabalho que o conselheiro desenvolve ao oferecer ajuda. Este modelo de intervenção pode ser mais eficaz quando se tratam de crises circunstanciais, especialmente as que são provocadas por desastres naturais, e pode ser aplicado a indivíduos, famílias e comunidades inteiras.

“A” significa alcançar uma relação de abertura e confiança. Não é possível oferecer ajuda sem que se estabeleça um ambiente de aceitação e empatia (a disposição de ver o mundo com os olhos dos afetados, ou de colocar-se – por assim dizer – nos seus sapatos).

“B” equivale a encontrar os componentes fundamentais da crise e sua profundidade emotiva. Isso significa trabalhar com as pessoas para identificar (chamar por seu nome) os sentimentos que predominam. Significa também definir o conteúdo particular desses sentimentos. Embora os sentimentos sejam comuns, seu conteúdo particular é destinto para cada indivíduo.

“C” significa combater ativamente, o que implica várias coisas. Em primeiro lugar, é preciso enfrentar a possibilidade de que a pessoa afetada tenha a intenção de tirar própria vida ou fazer qualquer outra “loucura”. O conselheiro não deve ter medo de falar da morte e do suicídio de forma clara, e de fazer perguntas diretas, porém de maneira delicada. Por exemplo: “João, você tem pensado em tirar sua própria vida no meio de toda esta dor?”. Falar diretamente do suicídio tira da morte seu mistério e poder.

O modelo condutual

Baseado nos esquemas de solução de problemas individuais, Carl Slaikeu propõe cinco passos para a “primeira ajuda psicológica”. Arthur Freeman e Frank Dattilio sugerem um modelo cognitivo-comportamental de cinco etapas que se assemelha muito ao de Slaikeu. As cinco etapas do modelo condutual de Slaikeu, em sua forma sequencial, são:

1. Estabelecer contato psicológico, convidando os afetados a iniciar uma conversação. Deve-se lhes comunicar interesse e proporcionar um sentido de controle e de calma.
2. Examinar as dimensões do problema por meio de uma série de perguntas acerca do ocorrido e dos recursos e decisões iminentes.
3. Examinar as possíveis soluções explorando o que se tem feito e o que se pode fazer. O objetivo é identificar uma ou mais soluções para necessidades imediatas e posteriores (por exemplo: o que vai fazer amanhã... e nos próximos dias).
4. Ajudar a tomar uma decisão concreta, avaliando primeiro quão alto é o risco morte (suicídio, por exemplo). Se for alto, deve-se tomar uma atitude diretiva que alcance um acordo com a família ou que se mobilize outros recursos até controlar a situação.
5. Dar seguimento, ou seja, estabelecer um procedimento que permitia revisar o progresso da intervenção. Especifica-se, por exemplo, quem chamará a quem, ou quem visitará a quem, assim como o lugar e o momento do próximo encontro entre o facilitador e as pessoas afetadas.

O modelo familiar

A partir de uma perspectiva sistêmica, Frank Pittman propôs um modelo familiar que consta de sete passos. Este enfoque insiste em que toda pessoa vive inserida em uma rede de relações significativas, a qual exige que a ajuda se dirija a todo o grupo familiar, mais que ao indivíduo.

Apoio pastoral nas crises

A igreja é uma comunidade idônea para oferecer ajuda solidária em situações de crises. Na história da humanidade, muito antes que surgissem as profissões de ajuda, já havia, rabinos, pastores sacerdotes e leigos que com sabedoria e sensibilidade foram os assessores “naturais” de pessoas em crise. Ainda hoje em dia, quando muitos países contam com serviços profissionais de assoreamento e intervenção em crises, a maioria dos paroquianos entra em contato primeiro com seus ministros e líderes espirituais antes de dirigirem-se a outros profissionais.

O respaldo teológico

Na bíblia, Deus se revela como Deus amoroso que se comove e se identifica com o que sofre, e está disposto a ajudá-lo. O Novo Testamento descreve a Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo como o “Deus de toda consolação” (2 Co 1.3). O próprio Senhor Jesus

chamou Espírito Santo de o “outro Conselheiro” (Jo 14.16), que acompanhará a obra do Pai e do Filho até o fim dos séculos.

O ministério da consolação consiste em acompanhar uma pessoa, casal, família ou comunidade na elaboração de suas perdas e crises, não somente para que haja recuperação, mas para que o indivíduo afetado saia de uma experiência traumática com melhores recursos para viver plenamente (Jo 10.10) e para ajudar os outros “...com a consolação que recebemos de Deus” (2 C0 1.4). Como consequência, este ministério procede do coração amoroso do “Deus de toda consolação”.

As crianças nas crises

Quando uma família entra em crise, as crianças são, frequentemente, as mais afetadas, mas também são as que mais rapidamente se recuperam. Da mesma forma que os adultos, as crianças também respondem inicialmente às crises com incredulidade. Quando o turbilhão do choque inicial se dissipa, outras emoções, como tristeza, temor e ira, vêm à tona – da mesma forma como acontece com nos adultos.